



APRESENTAÇÃO PRESENTACIÓN

Comitê Editorial
Comité Editorial

Com o propósito de avançar como um canal de comunicação acerca de saberes e práticas sobre as diversas temáticas que atravessam o ciclo delineamento, formulação, implantação/implementação, monitoramento/avaliação das políticas públicas, a revista **Perspectivas em Políticas Públicas** tem apresentado a cada número um conjunto de textos que destacam questões específicas, abordam diferentes dinâmicas, processos e atores que assumem, nesse contexto e na contemporaneidade, um papel de destaque. Os textos que compõem o quinto número de **PPP** socializam iniciativas empreendidas por diferentes atores (administradores e gestores públicos, cidadãos, lideranças sociais, pesquisadores, entre outros), em diferentes espaços, no âmbito das políticas públicas.

13

Os seis textos deste número têm em comum o fato de abordarem dinâmicas que revelam, em alguma medida, relações de poder entre os diferentes níveis governamentais (municipal, estadual e federal) e as suas implicações nas organizações, em sentido estrito, e nos movimentos sociais, em sentido lato. O conjunto versa sobre como centralização x descentralização das ações públicas tem produzido sentidos e condicionado práticas em âmbito local, ou seja, nos municípios. Nesse aspecto, problematiza como os processos de negociação entre atores, organizações, esferas governamentais têm afirmado ou negado vozes, ações e redes sociais em seus respectivos contextos.

Destaca-se, também, o fato de que os relatos das pesquisas, dos estudos e as reflexões denunciam vulnerabilidades nas inter-relações entre os diversos entes partícipes das políticas públicas e, nesse sentido, defendem que essas devem reconhecer e considerar os conhecimentos e as especificidades dos movimentos, organizações e instituições que

contemplam. Enfim, indicam que os movimentos, organizações e instituições aprendem e produzem conhecimentos dialeticamente e que essa dialética deve ser valorizada.

Cinco textos integram a seção “Artigos” deste número. No primeiro deles, *Políticas públicas municipais: poderes e poderes*, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara dedicou-se a analisar as políticas públicas no âmbito municipal, buscando compreender em que medida a relação entre os poderes que constituem o Estado interfere nas suas diversas fases. Devido à complexidade do processo de consolidação das políticas públicas, a autora prioriza a fase de sua formulação. A discussão envolve o fenômeno da municipalização das políticas públicas, inserido em uma questão maior que é a descentralização administrativa, fiscal e política. Para entender a relação entre os poderes executivo e legislativo que compõem a gestão municipal, a autora faz uma análise em separado de suas atribuições, discute sobre os meios de ação municipal para viabilizar as políticas públicas e, ainda, as relações intergovernamentais, afirmando a importância de se verificar o caráter de cooperação estabelecido entre Município, Estado e União.

14

Já em *Federalismo cooperativo brasileiro: implicações na gestão da educação municipal*, Jean Mário Araújo Costa, Maria Couto Cunha e Rosemeire Baraúna M. de Araújo refletem sobre as políticas do sistema federativo, os delineamentos da descentralização e suas implicações nas políticas sociais, notadamente na política educacional. O artigo apresenta a trajetória conceitual e histórica do termo *federalismo*, retoma sua origem e discute os rumos das políticas públicas no âmbito das reformas da década de 90 do século XX. Analisa os aspectos do federalismo e sua relação com a descentralização como importante elemento de interlocução. Aborda questões sobre o federalismo cooperativo brasileiro, apresentando uma discussão sobre as relações intergovernamentais na sua perspectiva. Aponta e reflete sobre alguns impasses do Pacto Federativo, afirmando que as relações são desenvolvidas em um campo de tensões intergovernamentais. Por fim, os autores analisam o impacto do modelo federalista que se desenvolve no país para a criação e implementação de políticas públicas para o setor da educação.

No artigo *Sociedad del conocimiento y tareas de la universidad en América Latina*, Marco Aurélio Navarro Leal analisa três perspectivas – tecnológica,

economicista e conceitual – sobre a sociedade do conhecimento para explicar os diferentes papéis que as universidades estão chamadas a desempenhar em correspondência a cada uma daquelas perspectivas. A análise crítica empreendida se torna relevante produzindo sentidos que orientam a explicação e a conceituação sobre o papel da educação em geral e da universidade latino-americana em particular, visto que cada uma das noções de sociedade do conhecimento trabalhadas no texto pelo autor corresponde a um papel diferenciado da universidade. Nesse sentido, no entendimento de Marco Aurélio Navarro Leal, as universidades na América Latina não devem limitar-se à simples abertura e extensão de sua infraestrutura informativa, nem concentrar-se no cultivo empreendedorista do conhecimento de mercado, pois elas têm, ainda, grandes tarefas pendentes na construção e no desenvolvimento de sociedades abertas de aprendizagem.

Em *Nuevas tendencias organizacionales en instituciones de I+D de gestión pública*, María Inés Gonzalez Carella e Alicia Inés Zanfrillo relatam um estudo de caso desenvolvido no Centro Regional La Pampa, do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), San Luis/Argentina, com vistas à identificação e caracterização dos fatores relevantes que interferem nos processos de inovação e desenvolvimento em organizações públicas com tradição burocrática. Tendo como base cinco dimensões para a checagem da capacidade inovadora da instituição selecionada, as autoras realizam várias entrevistas e obtêm ricos e esclarecedores depoimentos, descritos e analisados criticamente, levando-nos a refletir sobre as tendências organizacionais de inovação e desenvolvimento na busca da modernização da máquina administrativa e da gestão pública.

Ursula Zurita Rivera, em seu artigo *Los dilemas de la gobernanza frente a la seguridad y la violencia escolar: reflexión sobre la experiencia mexicana actual*, analisa criticamente o “Programa Escuela Segura” (PES) implementado, desde 2007, em escolas públicas de educação básica no México. O Programa, de iniciativa das autoridades federais mexicanas, tem como tema transversal a defesa dos direitos humanos, bem como o propósito de criar uma cultura de prevenção da violência e um clima de segurança no entorno das escolas localizadas em regiões de vulnerabilidade social. Parte do pressuposto de que a segurança nas escolas de educação básica

seja condição imprescindível para que crianças e adolescentes estudem e aprendam: é uma questão de direitos humanos. A análise crítica desenvolvida acerca do PES indica a complexidade inerente ao desenho, à implementação e avaliação de programas e políticas públicas em distintos níveis e áreas governamentais, bem como em grupos da sociedade civil que atuam em função de objetivos que parecem similares, mas que, na realidade, são distintos. Por outro lado, ilustra que o paradigma da governança parte de pressupostos que acompanham boa parte do pensamento sobre os assuntos públicos, reiterando que os governos já não podem, por conta própria, cumprir suas responsabilidades, havendo, para tanto, necessidade da construção de consensos, negociações e acordos, nos quais se confrontam múltiplas percepções, concepções e valores acerca dos assuntos concebidos como “problemas”.

Já a seção “Ponto de Vista” é composta por um texto que aborda questões relativas à Educação Inclusiva. Em *Desafios na articulação entre as políticas públicas para a educação*, Darli Dias Andrade e Veridiana Antônia analisam criticamente alguns desafios da implementação e articulação das políticas públicas brasileiras voltadas para a melhoria da Educação Inclusiva, a partir de uma breve síntese da gênese dessas políticas e, em particular, tendo como referência questões relativas ao processo unificado de avaliação sistêmica praticado com os estudantes que apresentam necessidades educacionais especiais. Na perspectiva das autoras um dos desafios hoje no Brasil é o de conciliar os processos de Educação Inclusiva e a avaliação, não desconsiderando as questões subjacentes ao processo de inclusão dos estudantes com necessidades educacionais especiais para que o ranqueamento obtido nos municípios brasileiros que avançaram em suas políticas de inclusão não desqualifique nem distancie políticas que deveriam ser indissociáveis.

Assim, os aprofundamentos teóricos e reflexivos tratados nos textos que compõem este número de **PPP** suscitam questões emergenciais e pertinentes à contemporaneidade e ao contexto da América Latina, em geral, ampliando os debates sobre as políticas públicas. Como bem disse Freire (1987):

Mais uma vez os homens, desafiados pela dramaticidade da hora atual, se propõem a si mesmos como problema e descobrem que pouco sabem de si

... Estará, aliás, no movimento de seu pouco saber de si uma das razões desta procura. Ao se instalarem na quase, senão trágica descoberta de seu pouco saber de si, se fazem problema a eles mesmos. Indagam. Respondem e suas respostas os levam a novas perguntas (p. 81)¹.

Con el propósito de avanzar como un canal de comunicación acerca de saberes y prácticas sobre las diversas temáticas que atraviesan el ciclo de delineación, formulación, implantación/implementación, monitorización/evaluación de las políticas públicas, el periódico **Perspectivas en Políticas Públicas** presenta a cada edición un conjunto de textos que destacan cuestiones específicas, abordan diferentes dinámicas, procesos y actores que asumen, en este contexto y en la contemporaneidad, un papel de realce. Los textos que componen el quinto número de **PPP** socializan iniciativas emprendidas por diferentes actores (administradores y gestores públicos, ciudadanos, liderazgos sociales, pesquisadores) en diferentes espacios en el ámbito de las políticas públicas.

Los seis textos de este número tienen en común el abordaje de dinámicas que revelan en alguna medida relaciones de poder entre los diferentes niveles gubernamentales (municipal, provincial y federal) y sus implicaciones en las organizaciones, en sentido estricto, y en los movimientos sociales, en sentido lato. El conjunto versa sobre la forma como centralización x descentralización de las acciones públicas ha producido sentidos y condiciones prácticas en ámbito local, o sea, en los municipios. En ese aspecto, problematiza como los procesos de negociación entre actores, organizaciones, esferas gubernamentales han afirmado o negado voces, acciones y redes sociales en sus respectivos contextos.

17

Destácase también el hecho de que los relatos de las encuestas, de los estudios y las reflexiones denuncian vulnerabilidades en las interrelaciones entre los diversos entes participantes de las políticas públicas y en ese sentido defienden que ellas deben de reconocer y de considerar a los conocimientos y las especificidades de los movimientos, las organizaciones e instituciones que contemplan. En fin, indican que

1. Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

los movimientos, organizaciones e instituciones aprenden y producen conocimientos dialécticamente y que esa dialéctica debe de ser valorada.

Cinco textos componen la sección “Artículos” de este número. En el primero, “Políticas públicas municipales: poderes y poderes”, Fernanda Henrique Cupertino Alcântara se dedica a analizar las políticas públicas en el ámbito municipal, intentando comprender en qué medida la relación entre los poderes que constituyen el Estado interfiere en sus diversas fases. Debido a la complejidad del proceso de consolidación de las políticas públicas, la autora prioriza la fase de su formulación. La discusión envuelve el fenómeno de la municipalización de las políticas públicas, inserto en una cuestión mayor que es la descentralización administrativa, fiscal y política. Para entender la relación entre los poderes ejecutivo y legislativo que componen la gestión municipal, la autora hace un análisis en separado de sus atribuciones, discute los medios de acción municipal para hacer viables las políticas públicas y aún las relaciones intergubernamentales, afirmando la importancia de verificarse el carácter de cooperación establecido entre Municipio, Estado y Unión.

- 18 En “Federalismo cooperativo brasileño: implicaciones en la gestión de la educación municipal”, Jean Mário de Araújo Costa, Maria Couto Cunha y Rosemeire Baraúna M. de Araújo hacen una reflexión sobre las políticas del sistema federativo, las delineaciones de la descentralización y sus implicaciones en las políticas sociales, especialmente en la política educacional. El artículo presenta la trayectoria conceptual e histórica del término *federalismo*, retoma su origen y discute los rumbos de las políticas públicas en el ámbito de las reformas de la década de 1990. Él analiza los aspectos del federalismo y su relación con la descentralización como importante elemento de interlocución. Aborda cuestiones sobre el federalismo cooperativo brasileño presentando una discusión sobre las relaciones intergubernamentales en su perspectiva. Indica y reflexiona sobre algunos obstáculos del Pacto Federativo, afirmando que las relaciones son desarrolladas en un campo de tensiones intergubernamentales. Por fin, los autores analizan el impacto del modelo federalista que se desarrolla en el país para la creación e implementación de políticas públicas dirigidas al sector de la educación.

En el artículo “Sociedad del conocimiento y tareas de la universidad en América Latina”, Marco Aurélio Navarro Leal analiza tres perspectivas

– tecnológica, economicista y conceptual – sobre la sociedad del conocimiento para explicar los diferentes papeles que las universidades están llamadas a desempeñar en correspondencia a cada una de las perspectivas. El análisis crítico emprendido se convierte relevante, produciendo sentidos que orientan la explicación y la conceptualización sobre el papel de la educación en general y de la universidad latinoamericana en particular, visto que cada una de las nociones de sociedad del conocimiento explicitadas en el texto corresponde a un papel diferenciado de la universidad. De ese modo, en el entendimiento de Navarro Leal, las universidades en América Latina no se deben de limitar a la simple apertura y extensión de su infraestructura informativa, ni concentrarse en el cultivo emprendedorista del conocimiento del mercado, pues ellas tienen aún grandes tareas pendientes en la construcción y en el desarrollo de sociedades abiertas de aprendizaje.

En “Nuevas tendencias organizacionales en instituciones de I+D de gestión pública”, María Inés González Carella y Alicia Inés Zanfrillo relatan un estudio de caso desarrollado en el Centro Regional La Pampa, del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA), San Luis/ Argentina, teniendo en cuenta la identificación y caracterización de los factores relevantes que interfieren en los procesos de innovación y desarrollo en organizaciones públicas con tradición burocrática. Teniendo como base cinco dimensiones para el examen de la capacidad innovadora de la institución seleccionada, las autoras realizan varias entrevistas y obtienen ricas y esclarecedoras declaraciones, descritas y analizadas críticamente, que nos llevan a reflexionar sobre las tendencias organizacionales de innovación y desarrollo en la búsqueda de la modernización de la máquina administrativa y la gestión pública.

Ursula Zurita Rivera, en su artículo “Los dilemas de la gobernanza frente a la seguridad y la violencia escolar: reflexión sobre la experiencia mexicana actual”, produce un examen crítico del “Programa Escuela Segura” (PES), implementado desde 2007 en las escuelas públicas de educación básica en México. El Programa, de iniciativa de las autoridades federales mexicanas, tiene como tema transversal la defensa de los derechos humanos, bien como el propósito de crear una cultura de prevención de la violencia y un ambiente de seguridad en el entorno de las escuelas localizadas en regiones de vulnerabilidad social. Parte del presupuesto

de que la seguridad en las escuelas de educación básica sea condición imprescindible para que los niños y las niñas y los/las adolescentes puedan estudiar y aprender y es una cuestión de derechos humanos. El análisis crítico desarrollado acerca del PES indica la complejidad inherente al diseño, a la implementación y evaluación de programas de políticas públicas en distintos niveles y áreas gubernamentales, así como en grupos de la sociedad civil que actúan en función de objetivos que parecen similares, pero que, en realidad, son distintos. Por otro lado, el texto ilustra que el paradigma de la gobernanza parte de presupuestos que acompañan grande parte del pensamiento sobre los asuntos públicos, reiterando que los gobiernos no pueden más, de si propios, cumplir con sus responsabilidades, habiendo para eso la necesidad de construcción de consensos, negociaciones y acuerdos en los cuales se confrontan múltiples percepciones, concepciones y valores acerca de los asuntos concebidos como “problemas”.

La sección “Punto de Vista” se compone de un texto que aborda cuestiones relativas a la Educación Inclusiva. En “Desafíos en la articulación entre las políticas públicas para la educación”, Darli Dias Andrade y Veridiana Antônia analizan críticamente algunos desafíos de la implementación y articulación de las políticas públicas brasileñas relacionadas a la mejoría de la Educación Inclusiva a partir de una breve síntesis de la génesis de esas políticas y, en particular, usan como referencia cuestiones relativas al proceso unificado de evaluación sistémica practicado con los estudiantes portadores de necesidades educacionales especiales. En la perspectiva de las autoras, uno de los desafíos hoy en Brasil es el de conciliar los procesos de Educación Inclusiva y la evaluación, sin olvidar las cuestiones subyacentes al proceso de inclusión de los alumnos con necesidades educacionales especiales para que el alineamiento obtenido por los municipios brasileños que han avanzado en sus políticas de inclusión no descalifique ni distancie políticas que deberían de estar siempre unidas.

Así, los ahondamientos teóricos y reflexivos tratados en los textos que componen este número de **PPP** suscitan cuestiones emergentes, pertinentes a la contemporaneidad y el contexto de América Latina en general, ampliando los debates sobre las políticas públicas. Como bien ha dicho Freire (1987):

Más una vez los hombres, desafiados por la dramaticidad de la hora actual, se proponen a sí mismos como problemas y descubren que poco saben de sí... Estará, además, en el movimiento de su poco saber de sí una de las razones de esta procura. Al se instalaren en la casi, si no trágica, descubierta de su poco saber de sí, se hacen problemas a sí mismos. Indagan. Responden y sus respuestas se os llevan a nuevas preguntas (p. 81)².

2. Freire, Paulo (1987). *Pedagogia do Oprimido*. 28 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.